STJ CONSOLIDA ENTENDIMENTO SOBRE AMPLIAÇÃO DA REGRA DE IMPENHORABILIDADE PREVISTA PELO ART. 833, INCISO X, DO CPC.

Por Bernardo Pastorini Pires

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificou entendimento que amplia a regra de impenhorabilidade prevista no art. 833, inciso X, do Código de Processo Civil (CPC), considerando impenhoráveis valores de até 40 salários mínimos, *“ainda que estejam depositados em conta corrente, fundo de investimentos ou guardados em papel-moeda.”*¹

Ainda que não se trate de manifestação recente, aplicado sob a égide do art. 649, inciso X, do CPC anterior, o Novo Código de Processo Civil reiterou ser impenhorável *“a quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos”*. Ou seja, o legislador, aparentemente, não buscou ampliar a hipótese de impenhorabilidade, mantendo-a restrita, na redação legal, aos valores depositados **em caderneta de poupança.**

Tratando-se de dispositivo legal mantido do Código anterior, importante entender a interpretação que era dada ao dispositivo antes vigente. Para tanto, destacamos trecho de voto proferido pela Min. Nancy Andrighi no julgamento do Resp nº. 1.330.567/RS, acórdão publicado em 27.05.2013, refletindo a interpretação do instituto da impenhorabilidade de valores depositados em caderneta de poupança:

¹ PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. **PENHORA DE SALÁRIO. ALCANCE. APLICAÇÃO FINANCEIRA. LIMITE DE IMPENHORABILIDADE DO VALOR CORRESPONDENTE A 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS.** (...) 2. *É possível ao devedor poupar valores sob a regra da impenhorabilidade no patamar de até quarenta salários mínimos, não apenas aqueles depositados em cadernetas de poupança, mas também em conta-corrente ou em fundos de investimento, ou guardados em papel-moeda.* 3. *Admite-se, para alcançar o patamar de quarenta salários mínimos, que o valor incida em mais de uma aplicação financeira, desde que respeitado tal limite.* 4. *Embargos de divergência conhecidos e providos.* (EResp 1330567/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, **SEGUNDA SEÇÃO**, julgado em 10/12/2014)

“É o que se extrai do art. 649, X, do CPC, que cria uma espécie de ficção, fazendo presumir que os valores depositados em caderneta de poupança, até o limite de 40 salários mínimos, assumem função de segurança alimentícia pessoal e familiar. **O benefício visa à proteção do pequeno investimento, da poupança modesta, voltada à garantia do titular e sua família contra imprevistos, como desemprego ou doença.**

A poupança constitui investimento de baixo risco e retorno, contando com proteção do Fundo Garantidor de Crédito e isenção do imposto de renda. **Foi concebida justamente para pequenos investimentos, destinados a atender o titular e sua unidade familiar em situações emergenciais, por um período determinado (e não muito longo) de tempo.**

Outras modalidades de aplicação financeira – **como é o caso dos fundos de investimento – de maior risco e rentabilidade, não detêm esse caráter alimentício, sendo voltados para valores mais expressivos e/ou menos comprometidos, destacados daqueles vinculados à subsistência mensal do titular e sua família.** Essas aplicações visam necessidades e interesses de menor preeminência (ainda que de elevada importância), como aquisição de bens duráveis, inclusive imóveis, ou uma previdência informal (não oficial) de longo prazo.” (destacamos)

Ou seja, a limitação da hipótese de impenhorabilidade aos valores depositados em caderneta de poupança estava diretamente associada ao caráter de baixo risco e rentabilidade desse tipo de aplicação, o que reforçaria a ideia **de preservação de valores essenciais ao sustento e subsistência da família do devedor.**

Entretanto, como os índices de atualização de caderneta de poupança muitas vezes são insuficientes para acompanhar a inflação e outros investimentos se tornaram igualmente seguros, mas com maior rentabilidade, o STJ passou a aplicar a regra de impenhorabilidade do inciso X, do art. 649, CPC/73, sem vinculá-la à caderneta de poupança:

“Assim, embora tenha eu reservas à proteção dispensada pelo inciso X à reserva de capital do devedor inadimplente em face de seu credor, diante do texto legal em vigor, e considerado o seu escopo, não vejo, data maxima venia, **sentido em restringir o**

alcance da regra apenas às cadernetas de poupança assim rotuladas, sobretudo no contexto atual em que diversas outras opções de aplicação financeira se abrem ao pequeno investidor, eventualmente mais lucrativas, e contando com facilidades como o resgate automático, várias delas também asseguradas pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), conforme Resolução CMN 4.222/2013.

(...)

O escopo do inciso X do art. 649 não é, todavia, estimular a aquisição de reservas em caderneta de poupança em detrimento do pagamento de dívidas, **mas proteger devedores de execuções que comprometam o mínimo necessário para a sua subsistência e de sua família, finalidade para qual não tem influência alguma que a reserva esteja acumulada em papel moeda, conta corrente, caderneta de poupança propriamente dita ou outro tipo de aplicação financeira, com ou sem garantia do FGC.**² (destacamos)

O Judiciário, à luz de todos os princípios que regem a execução, levando em consideração não somente os interesses do credor, mas a necessidade de subsistência do devedor e de sua família, passou a se nortear mais **pela natureza da verba e sua forma de utilização pelo devedor** do que apenas pelo tipo de aplicação financeira.

Desde então, mesmo sem que tenha havido alterações no dispositivo legal correspondente no Novo CPC, tal entendimento vem se mantendo estável na jurisprudência do STJ, desde que não se verifique abuso, fraude ou má-fé, a ser verificada casuisticamente:

“(...). IMPENHORABILIDADE DE VENCIMENTOS. CPC/1973, ART. 649, IV. VALORES TRANSFERIDOS PARA APLICAÇÃO FINANCEIRA. IMPENHORABILIDADE PARCIAL, LIMITADA A 40 (QUARENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS. RECURSO IMPROVIDO. 1. A teor da jurisprudência sedimentada pelo Superior Tribunal de Justiça, a impenhorabilidade de vencimentos a que se refere o art. 649, IV, do CPC/1973 alcança, também, os valores poupados pelo devedor, até o limite de 40 salários mínimos. 2. "A

² (REsp 1230060/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/08/2014, DJe 29/08/2014)

impenhorabilidade da quantia de **até quarenta salários mínimos poupada alcança não somente as aplicações em caderneta de poupança, mas também as mantidas em fundo de investimentos, em conta-corrente ou guardadas em papel-moeda, ressalvado eventual abuso, má-fé, ou fraude, a ser verificado de acordo com as circunstâncias do caso concreto.**"

(REsp 1.582.264/PR, Primeira Turma, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe de 28/6/2016). 3. Agravo interno não provido."(AgInt no AgInt no AREsp 1025705/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 07/12/2017, DJe 14/12/2017)

Não passou despercebida a possibilidade de o devedor manter diversos tipos de investimentos ou fragmentá-los de modo a ficar abaixo de 40 salário mínimos. Cabe ao Julgador avaliar cada caso de acordo com suas particularidades, observando as circunstâncias que evidenciem a boa-fé do devedor e a necessidade de utilização dos valores para manutenção de suas necessidades básicas.

Assim, ainda que no Novo CPC não se tenha alterado as hipóteses de impenhorabilidade, que segue sem menção a outras aplicações financeiras, o entendimento do STJ se consolidou no sentido de extensão do benefício. Pode-se afirmar, portanto, que o inciso X, do art. 833, do CPC, também deve ser aplicado em relação a valores em dinheiro, depositados em conta corrente ou outros fundos de investimento, desde que comprovadamente destinados a manutenção do sustento e da subsistência do devedor e de sua família.